

Nota curricular**Dados Pessoais**

Nome: José Couto Nogueira
 Data de nascimento: 1945
 Naturalidade: Lisboa

Habilitações académicas e profissionais

Frequentou o curso de Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade de Lisboa.
 Frequentou economia na London School Economics.
 Profissionalizou-se como fotógrafo de imprensa e de publicidade.

Atividade profissional

De 2012 a 2013

- Trabalhou como técnico especialista no gabinete da Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional, realizando estudos e trabalhos técnicos no âmbito da imprensa.

De 1992 a 2012

- Trabalhou como redator, editor, ou colaborar em várias publicações, nomeadamente a “Exame”, “Demais”, “Icon”, “Expresso”, “GQ”, “O Independente” e jornal “i”.
- Fez um programa de Televisão, “Metropolis”, no CNL.
- Dirigi o jornal eletrónico “Alface Voadora”.

De 1976 a 1992

- Foi repórter, redator e editor de várias revistas em São Paulo, no Brasil.
- Em 1982 foi correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, em Nova Iorque.

Outras Atividades

- Orienta um curso de escrita criativa.
- Traduz literatura inglesa, clássica e contemporânea.

Publicações

- Publicou dois guias de viagem “Descubra Portugal” para a Ediclube.
- Publicou três romances para a editora D. Quixote.

207603165

Despacho n.º 2507/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva, consultora da Direção-Geral da Política de Justiça.

2—Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 15 de janeiro de 2014.

3—Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, António Manuel Coelho da Costa Moura.

Nota curricular**Elementos pessoais:**

Nome: Tânia Cristina Piazzentin Ferreira da Mota Silva
 Data de nascimento: 20 de dezembro de 1982
 Naturalidade: Leiria
 Formação académica e profissional:

2012—Parte académica do mestrado em Direito concluída, pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

2012—Curso Avançado de especialização em Teoria da Legislação e Legística para Quadros Superiores da Direção-Geral da Política de Justiça, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2011—Curso “A Reforma da Ação Executiva no Brasil e em Portugal”, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

2010—Participação no Seminário sobre “Avaliação do Impacto da Legislação”, organizado pela Assembleia da República—Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado.

2010—Participação no *Workshop* do Ciclo APDC “Para uma Administração Pública do Século XXI”, intitulado “Dos Operadores de Justiça ao Cidadão: Uma Justiça Eficaz”, organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

2010—Participação no 9.º Congresso da *International Association of Legislation* (IAL), subordinado ao tema “*Quality of Legislation – Principles and Instruments*”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

2009—Participação no Colóquio “Qualidade da Legislação – Um Desafio para o Século XXI”, organizado pela Assembleia da República—Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

2009—Ação de Formação “Simplificação da Ação Executiva”, pela *International Faculty for Executives*.

2008—Curso Temático: “Legislação Urbanística: os novos RJGT e RJUE”, pelo Centro de Estudos de Direito e Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente.

2007/2008—Curso Pós-Graduado de especialização em Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa.

2006—Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Experiência profissional:

Consultora jurídica na área de política legislativa na Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça (MJ), desde novembro de 2008. No desempenho destas funções, destaca-se a participação, como representante da DGPJ ou do MJ, em diversos grupos de trabalho, constituídos para efeitos de planeamento, implementação, acompanhamento e monitorização de projetos na área da Justiça (em especial, Combate à pendência processual em atraso da ação executiva; Sociedade da Informação – área dos Tribunais; novo Código de Processo Civil) e para elaboração de atos normativos de transposição de diretivas da União Europeia; a redação e análise de anteprojetos de atos normativos; a elaboração de pareceres, notas, memorandos e relatórios sobre diversas questões ou matérias na área da Justiça, a solicitação dos membros do Governo, entidades nacionais, países terceiros ou instituições internacionais, designadamente, Rede de Cooperação Legislativa dos Ministérios da Justiça da União Europeia (RCLUE – NLCEU), Comissão Europeia para a Eficiência da Justiça (CEPEJ), Banco Mundial, Serviço de Execução de Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, Conselho da Europa; o acompanhamento de diversas reuniões técnicas no âmbito da avaliação regular do cumprimento do programa de ajustamento financeiro para a área da Justiça, celebrado por Portugal com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional; a realização de estudos de avaliação de impacto normativo, de estudos de direito comparado e de trabalhos de campo de levantamento e análise de informação processual e elaboração dos respetivos relatórios (com especial incidência nas temáticas do processo civil executivo, acesso ao Direito, litigância de má-fé); a elaboração de manual de perguntas e respostas sobre a simplificação da ação executiva; a intervenção, como oradora, em diversas conferências, colóquios, seminários, sessões de divulgação e formação promovidos pela DGPJ ou entidades externas (tais como o Centro de Estudos Judiciários, a Ordem dos Advogados, a Câmara dos Solicitadores, Comissão Europeia), sobre matérias/projetos na área da Justiça (novo regime processual civil executivo, medidas urgentes de combate à pendência em atraso na ação executiva, reforço da supervisão e responsabilização dos agentes de execução, simplificação da ação executiva, regime processual civil experimental, litigância de má-fé). Participou também, como formadora, em curso de formação em legística, ministrado pela DGPJ a uma delegação de juristas moçambicanos.

Entre setembro de 2006 e outubro de 2008, exerceu advocacia como advogada estagiária, tendo acompanhado assuntos em diversas áreas do direito, das quais se destacam o contencioso cível, direito societário, contraordenacional, dos contratos e imobiliário.

Entre agosto e outubro de 2008, exerceu também funções como jurista na SEFIN – Associação Portuguesa de Consumidores e Utilizadores de Produtos e Serviços Financeiros.

Trabalhos publicados:

“Breve excuro sobre o acesso ao Direito em Portugal” e “Funcionamento do sistema de proteção jurídica em Portugal”, em coautoria com Renato Gonçalves—Boletim da Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa / Defensoria Pública da União. – N. 1 (abr. 2012)—Brasília: DPU, 2012.

Outras atividades relevantes:

Revisão científica do livro “*Legal English Contexts*”, da autoria de Hélder Fanha Martins e Pedro Fernandes, Sinapis, *Legal English Series*, 2013, ISBN 978-989-691-168-3.

207602793

Despacho n.º 2508/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a licenciada Patrícia Manuel do Couto Moital, para realizar estudos, trabalhos e prestar apoio

técnico ao meu gabinete ao nível do tratamento informático, documental e legislativo.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o estatuto remuneratório da designada é constituído pela remuneração base mensal ilíquida de 2.400,00€, acrescida dos subsídios de férias e de Natal de igual montante e subsídio de refeição, bem como das despesas de representação que se encontram fixadas para os adjuntos dos gabinetes dos membros do Governo.

3 — A designada exerce funções pelo prazo de um ano renovável automática e tacitamente, por iguais períodos, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Patrícia Manuel do Couto Moital
Data de nascimento: 12 de abril de 1981

Habilitações académicas:

Licenciatura em Comunicação Social na Escola Superior de Tecnologias de Abrantes – Instituto Politécnico de Tomar, com média final de 14 valores (1999-2004).

Atividade profissional:

Especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, de 1 de agosto de 2011 a 29 de dezembro de 2013, procedendo à realização de estudos, trabalhos e prestação de apoio técnico ao nível do tratamento informático, patrimonial, documental e legislativo.

Produção e tratamento informático de conteúdos e realização de estudos em empresa ligada à indústria têxtil, de 17 de março a 31 de julho de 2011.

Apoio Técnico Especializado em matéria de comunicação e gestão dos circuitos de informação no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça, de 1 de fevereiro a 29 de novembro de 2010.

Prestação de serviços na área da comunicação, marketing, relações públicas e organização de eventos, de 2005 a 2009.

207602874

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 2509/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, se torna público que, por meu despacho de 30 de janeiro de 2014, foi renovada a comissão de serviço da Licenciada Maria João de Sousa Gonçalves Henriques, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão dos Tribunais desta Direção-Geral, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

3 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207598971

Despacho (extrato) n.º 2510/2014

Por meu despacho de 30 de janeiro de 2014:

Ana Isabel Simões Vaz Sarr, escriturária auxiliar do Tribunal do Trabalho de Lisboa — autorizada a permuta por transição para os Serviços do Ministério Público do Tribunal do Trabalho de Lisboa;

Paula Cristina Moreira de Azevedo, técnica de justiça auxiliar dos Serviços do Ministério Público do Tribunal do Trabalho de Lisboa — autorizada a permuta por transição para o Tribunal do Trabalho de Lisboa.

Prazo para início de funções: 2 dias.

6 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207602088

Direção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extrato) n.º 2511/2014

Por meu despacho, de 23 de janeiro de 2014:

Licenciado António Manuel Mendes de Almeida — renovada a comissão de serviço, ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, no cargo de chefe de divisão de Estatísticas da Justiça da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, por um período de três anos, com efeitos a 2 de maio de 2014. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 fevereiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Susana Antas Videira*.

207600419

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso (extrato) n.º 2351/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que Artur Paiva da Cruz denunciou, nos termos do artigo 74.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com esta Direção-Geral, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 31 de outubro de 2013.

31 de janeiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207597301

Despacho (extrato) n.º 2512/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum (Referência 6/C/2013), aberto pelo Aviso n.º 5033/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 15 de abril de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Ana Paula Múrias Gomes dos Santos Lage, para o exercício de funções na carreira/categoria de assistente técnico, mantendo a remuneração base detida na situação jurídico-funcional de origem no valor de 923,42 € (entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória; entre o 9 e o 10 nível remuneratório), com efeitos a 9 de dezembro de 2013.

31 de janeiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207597326

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Aviso n.º 2352/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, cessaram o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em 31 de dezembro de 2013, os seguintes trabalhadores do Mapa de Pessoal da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, regulamentado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho:

Nome	Carreira/categoria	Posição remuneratória
Anabela Abrunhosa Vieira	Assistente Técnico/Assistente Técnico	Entre a 3.ª e a 4.ª
Isabel Maria Carvalho Gonçalves Branco Lima	Assistente Técnico/Assistente Técnico	Entre a 6.ª e a 7.ª
José Manuel Maia Paulino	Assistente Técnico/Assistente Técnico	Entre a 7.ª e a 8.ª

30 de janeiro de 2014. — O Inspetor-Geral, *Pedro Portugal Gaspar*.

207606284